



# Fome – realidade e combate local de um problema de toda humanidade

Hunger – reality and local combat of a problem of all humanity

*Roberto Iunskovski\**

Recebido em: 23/11/2022. Aceito em: 13/12/2022.

**Resumo:** *Este artigo aborda a questão da fome em sintonia com o proposto pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que a definiu como tema da Campanha da Fraternidade de 2023. Toma por base uma experiência concreta de combate à fome realizada na região de Florianópolis/SC, na década de 1990, bem como estudos na perspectiva sociológica, ética e religiosa do tema. Parte do princípio de que a fome não é um fenômeno localizado, mas de toda humanidade, um flagelo mais abrangente do que apenas a falta de alimento, fruto de um modelo econômico e social excludente. Conclui que um caminho essencial para sua superação é o envolvimento de toda sociedade, em especial dos pobres, diretamente impactados por essa chaga.*

**Palavras-chave:** *Fome. Comunidade. Vida. Pobre.*

**Abstract:** *This article addresses the issue of hunger in line with what was proposed by the National Conference of Bishops of Brazil (CNBB), which defined it as the theme of the 2023 Fraternity Campaign (CF 2023). It is based on a concrete experience of combating hunger carried out in the region of Florianópolis/SC in the 1990s, as well as studies in the sociological, ethical and religious perspective of the theme. It starts from the principle that hunger is not a localized phenomenon, but of all humanity, a scourge that is broader than just the lack of food, the result of an excluding economic and social model. It concludes that an essential way to overcome it is the involvement of the whole society, especially the poor, directly impacted by this scourge.*

**Keywords:** *Hunger. Community. Life. Poor.*

---

\* Mestre em História (Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis, SC, 2002). Graduado em Estudos Sociais com Habilitação em Moral e Civismo (Centro Universitário de Brusque – UNIFEBE, Brusque, SC, 1986).  
E-mail: riunskovski@gmail.com.





## Introdução

A fome é um flagelo presente, em maior ou menor escala, em praticamente todos os países. Conforme já alertava o sociólogo Josué de Castro a mais de 70 anos, a fome “é um fenômeno geograficamente universal, não havendo nenhum continente que escape à sua ação nefasta. Toda a terra dos homens tem sido também até hoje terra da fome”.<sup>1</sup>

Como já o fez em outras ocasiões, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) escolheu a fome como tema para a Campanha da Fraternidade de 2023, numa atitude de coerência evangélica, diante da realidade gritante de milhões de brasileiras e brasileiros que passam fome ou se encontram em grave situação de insegurança alimentar.<sup>2</sup> A palavra objetiva de Jesus não pode ser ignorada por quem busca segui-lo verdadeiramente: “Tive fome e deste de comer...” (Mt 25,35-45).

Conforme consta já na oração da CF 2023, a perspectiva é tratar o assunto de maneira ampla, pois a fome não é um fenômeno isolado, mas fruto de um modelo de sociedade desigual e excludente. Por isso a CNBB propõe que se reze:

*Confiantes na ação do Espírito Santo, vos pedimos: inspirai-nos o sonho de um mundo novo, de diálogo, justiça, igualdade e paz; ajudai-nos a promover uma sociedade mais solidária, sem fome, pobreza, violência e guerra; livrai-nos do pecado da indiferença com a vida.*<sup>3</sup>

<sup>1</sup> CASTRO, Josué. *Geografia da fome: o dilema brasileiro – pão ou aço*. 10. ed. revista. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984. p. 48.

<sup>2</sup> A falta de acesso regular a uma alimentação adequada por grande parte da população brasileira tem sido um dos principais desafios enfrentados pela sociedade ao longo dos últimos anos. O país havia saído do Mapa da Fome da Organização das Nações Unidas (ONU) em 2014, por meio de estratégias de segurança alimentar e nutricional aplicadas desde meados da década de 1990. Mas voltou a figurar no cenário a partir de 2015, obtendo um especial agravamento ao longo da pandemia de Covid-19 que afetou o mundo todo por dois anos a partir de 2020.

Em 2022, o Segundo Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia de Covid-19 no Brasil apontou que 33,1 milhões de pessoas não têm garantido o que comer — o que representa 14 milhões de novos brasileiros em situação de fome. Conforme o estudo, mais da metade (58,7%) da população brasileira convive com a insegurança alimentar em algum grau: leve, moderado ou grave. GUEDES, Aline. Retorno do Brasil ao Mapa da Fome da ONU preocupa senadores e estudiosos. *Agência Senado*, 2022. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2022/10/retorno-do-brasil-ao-mapa-da-fome-da-onu-preocupa-senadores-e-estudiosos>. Acesso em: 1 nov. 2022.

<sup>3</sup> CNBB. Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. *Oração da Campanha da Fraternidade 2023*. Brasília, 2022. Disponível em: <https://campanhas.cnb.org.br/wp-content/>



Em sintonia com o proposto pela CNBB, o presente artigo visa contribuir com a reflexão sobre a questão da fome, ilustrada por uma experiência concreta de acesso a alimentação por parte de pessoas de comunidades empobrecidas da região de Florianópolis, aproveitando estudos sobre a fome do sociólogo Josué de Castro e implicações ética-religiosas acerca do tema.

## 1 Cooperar para superar a fome

Quando se trata da fome, por vezes se pretende enquadrá-la como um fato inevitável, presente ao longo da história da humanidade, sendo causada por fenômenos naturais como secas, enchentes, desequilíbrios diversos que limitam a produção e distribuição de alimentos. Entretanto, como escreveu o professor André Mayer da Universidade de Paris, no prefácio à nona edição da obra *Geografia da Fome* de Josué de Castro: “O problema da fome é difícil, não há dúvida. Mas pode ser exposto claramente. As condições de sua solução podem ser definidas e a ação a empreender para chegar ao fim já pode ser calculada”<sup>4</sup>.

*Josué de Castro já demonstrava, exaustivamente, a influência dos fatores socioeconômicos sobre os próprios fatores biológicos de nossa população, através da deficiência alimentar e da primazia dos interesses privados, junto à incapacidade equilibrante das instituições políticas. E como as causas sociais são sempre correlativas, essa “deficiência alimentar”, causada primacialmente por fatores político-sociais, veio afetar indiretamente essas estruturas políticas, sempre intimamente ligadas às subestruturas econômico-sociais.*<sup>5</sup>

A fome precisa ser tratada como um problema complexo, conectado com toda ordem econômica, social e política dos povos em questão. Portanto, os caminhos de superação deste grave problema humano passam necessariamente por transformações estruturais, para além das ações emergenciais, importantes como socorro, mas insuficientes para erradicar esse mal da humanidade. É nesta linha que se deu a prática de abastecimento popular em Florianópolis trazida neste estudo.

---

uploads/2022/07/ORAC%CC%A7A%CC%83O-DA-CAMPANHA-DA-FRATERNIDA-DE-2023.pdf. Acesso em: 13 out. 2022.

<sup>4</sup> CASTRO, 1984, p. 9.

<sup>5</sup> CASTRO, 1984, p. 17.



## 1.1 Origens das Feiras Comunitárias em Florianópolis

A experiência de abastecimento popular aqui apresentada aconteceu na região de Florianópolis na década de 1990, no entanto, suas origens e motivações remontam ao período que marcou o processo de volta à democracia no Brasil, suprimida com o golpe militar de 1964.

No final da década de 1970 e na década de 1980 que se consolidaram iniciativas de mobilização social em todo país, e na região de Florianópolis não foi diferente. A luta pelo respeito aos direitos humanos materializada na criação de Centros de Defesa de Direitos Humanos ou entidades correlatas foi uma das expressões, ao lado do fortalecimento da luta sindical nos meios urbanos e rurais e dos movimentos estudantis.

Papel relevante teve a igreja católica na figura institucional da CNBB, por meio das Comissões de Justiça e Paz (nacional e em muitas igrejas locais), a organização de pastorais sociais, e de modo especial a presença das Comunidades Eclesiais de Base<sup>6</sup>, como um modo de ser igreja em rede de pequenas comunidades unindo fé e vida, oração e ação em defesa da vida no seguimento de Jesus.<sup>7</sup>

O lugar geográfico e social é o município de Florianópolis, capital do Estado de Santa Catarina e região conurbada, que teve o crescimento urbano a partir dos anos 1950 e 1960<sup>8</sup>, acentuado nas décadas de 1970

<sup>6</sup> “Comunidades Eclesiais de Base constituem uma criação pastoral original e estimulante, uma das mais originais e criativas dos últimos séculos. Essas comunidades (CEBs) são exemplos notáveis da inculturação da fé cristã no solo da América Latina. Nascidas da opção evangélica pelos pobres e abandonados, elas mobilizam os marginalizados para mudar as horrorosas estruturas econômicas e políticas dos países em que operam e os mantêm em servidão.” REGAN, David. *Experiência cristã das comunidades de base*: mistagogia. São Paulo: Paulinas, 1995. p. 13.

<sup>7</sup> “As Comunidades Eclesiais de Base têm sido escolas que têm ajudado a formar cristãos comprometidos com sua fé, discípulos e missionários do Senhor, como testemunha a entrega generosa, até derramar o sangue, de muitos de seus membros. Elas abraçam a experiência das primeiras comunidades, como estão descritas nos Atos dos Apóstolos (At 2,42-47). Medellín reconheceu nelas uma célula inicial de estruturação eclesial e foco de fé e evangelização. Puebla constatou que as pequenas comunidades, sobretudo as comunidades eclesiais de base, permitiram ao povo chegar a um conhecimento maior da Palavra de Deus, ao compromisso social em nome do Evangelho, ao surgimento de novos serviços leigos e à educação da fé dos adultos”. CELAM. V Conferência geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe. *Aparecida, Documento Final*, 2007, n. 178. Disponível em: [http://www.dhnet.org.br/direitos/cjp/a\\_pdf/cnbb\\_2007\\_documento\\_de\\_aparecida.pdf](http://www.dhnet.org.br/direitos/cjp/a_pdf/cnbb_2007_documento_de_aparecida.pdf). Acesso em: 5 nov. 2022.

<sup>8</sup> “O acréscimo da população de Florianópolis entre 1950 e 1960 foi de 53,09%. Este notável aumento permitiu que a cidade passasse a ser dotada de edifícios de oito até mais de doze pisos, desenvolvendo a indústria da construção civil, atraindo operários



e 1980<sup>9</sup>. Tal crescimento estimulou o fluxo migratório, para suprir a demanda de mão de obra na construção civil e nos serviços, bem como na busca por assistências disponíveis na capital e escassos em outras regiões do Estado, notadamente no campo da saúde e da educação.<sup>10</sup>

Este movimento trouxe consigo o agravamento de problemas sociais já existentes, e criou novos, especialmente, em relação ao uso do solo, especulação imobiliária, sem falar na inflação (entre outras razões pelos preços elevados em virtude do turismo, sobretudo na temporada de verão), desemprego, subemprego e arrocho salarial, vivenciados não só em Florianópolis, mas em todo país neste período de sua história.

Foi neste contexto que comunidades empobrecidas passaram a se organizar, impelidas por necessidades emergenciais relacionadas às condições de moradia e seu entorno, tais como acesso à água tratada, energia elétrica, ruas calçadas, e o mais fundamental, a garantia da posse da terra para morar.

Essa organização nas comunidades foi se dando a partir de lideranças locais, com destaque para aquelas ligadas às atividades vinculadas à igreja católica. Desde conversas informais entre vizinhos até encontros intercomunidades foram se desenvolvendo lideranças locais com apoio de agentes externos como estudantes universitários<sup>11</sup>, religiosos e religiosas (padres, freiras, seminaristas...) comprometidos com as causas populares, em encontros das Comunidades Eclesiais de Base, que se reuniam para rezar, compartilhar a vida, as alegrias e as angústias.

Dentre os vários problemas, a questão da subsistência, em especial o problema da fome sempre se mostrou muito relevante, pois a alimentação é algo oneroso, permanente e fundamental para a qualidade

---

das zonas rurais do estado e aumentando a população.” CORRÊA, Carlos Humberto P. *História de Florianópolis* – Ilustrada. 3. ed. Florianópolis: Insular, 2005. p. 354.

<sup>9</sup> “Em consequência da importância que o bairro Trindade passou a exercer sobre a cidade, atraindo para si, diariamente, grande população universitária e de técnicos, o governo estadual de Celso Ramos planejou executar a moderna Avenida Rubens de Arruda Ramos, mais conhecida como Beira Mar ... Esta avenida logo atraiu grandes edifícios de apartamentos.” Com o desenvolvimento do turismo, como alternativa econômica para a cidade, ocorre uma onda provocada pela vinda de “argentinos e, em consequência indireta, da explosão da construção civil no centro de Florianópolis e nos principais balneários da Ilha”. CORRÊA, 2005, p. 358.

<sup>10</sup> CORRÊA, 2005, p. 357.

<sup>11</sup> Destaque para estudantes da Universidade Federal de Santa Catarina, que em atividades acadêmicas acabavam entrando em contato com as comunidades empobrecidas do seu entorno.



de vida. A própria palavra fome confere ideia limitada deste fenômeno quando faz pensar apenas na insuficiência da quantidade de alimentos.

*Não é apenas quando nossa alimentação é insuficiente que estamos ameaçados. Também o estaremos se ela for mal constituída [...]. Os efeitos de uma má alimentação são, por conseguinte, muito mais profundos e mais amplos do que se pensava. Influem na duração e na qualidade da própria vida, na capacidade de trabalho, no estado psicológico das populações.<sup>12</sup>*

Viabilizar alimentação adequada em todos os seus aspectos não garante apenas a sobrevivência física, mas é condição primordial para o equilíbrio individual e social, um fundamento para a vida plena em todas as suas dimensões.

## 1.2 A superação da fome como imperativo ético e de coerência cristã

Do ponto de vista ético, a fome representa elemento central, pois impacta diretamente a condição elementar da vida. A vida humana é o modo de ser real do sujeito ético, que dá o conteúdo a todas as ações. O critério material universal sobre o qual se funda a ética é a reprodução e o desenvolvimento da vida humana, não individual, mas sempre comunitária, pois são as relações com os outros que nos humanizam<sup>13</sup>.

A pobreza, ou numa expressão mais radical, a miséria imposta por um sistema de morte, é a impossibilidade de produção, reprodução ou desenvolvimento da vida humana, é a falta de satisfação das necessidades elementares.

*A pobreza é um conceito amplo para indicar a negatividade de sua sensibilidade: é sua fome, sede, falta de casa, frio... tudo isso é sua pobreza como fruto do pecado (que desapossou o outro de sua comida, bebida, casa, roupa, saúde...). Porque a “carne” é positiva, digna, boa; a fome, sede, falta de casa, frio... são males; mas não são apenas um mal “físico”, são um mal ético, político, comunitário. São mal como fruto do pecado, da injustiça.<sup>14</sup>*

<sup>12</sup> CASTRO, 1984, p. 7.

<sup>13</sup> DUSSEL, Enrique. *Ética da libertação: na idade da globalização e da exclusão*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 131.

<sup>14</sup> DUSSEL, Enrique. *Ética comunitária*. Petrópolis: Vozes, 1986. p. 76.



Toda ética que se pretende libertadora é carnal, quer dizer, afirmação da carne, da sensibilidade, e sensibilidade ante à dor do outro. “O pecado aparece como dor. É por isso que esta dor da carne, em sua sensibilidade, é o ‘juízo final’ de toda práxis humana. ‘Tive fome’ é a sensibilidade no oprimido do sentido da práxis do dominador ou do justo.”<sup>15</sup> Aqui está o fundamento da perspectiva cristã experienciada nas Comunidades Eclesiais de Base das periferias sociais da região de Florianópolis, e que por tal consciência se motivaram para criar ações de luta pela vida, enfrentando as condições de negação da vida, não apenas como meio de sobrevivência, mas na defesa da dignidade humana em sua integralidade. Conforme ensina Dussel:

*Por “carne” se compreende todo o homem em sua indivisível unidade. Nesse caso não há corpo-material, mas “carne”, não há alma-incorpórea, mas “carne”. O Verbo se fez “carne” e não corpo e alma separadamente. Recuperada assim a unidade, a dor do próximo é um “sinal” (a luz vermelha que indica que algo vai mal) do pecado, ou ao menos a exigência de ir em sua ajuda (como o samaritano). A sensibilidade (com-miseração, com-paixão: saber sobre com o outro) ante a dor alheia se transforma no próprio critério da práxis. O critério é “carnal”: “tive fome...”, contudo, o compromisso é “espiritual” – o Espírito move para o serviço.<sup>16</sup>*

Neste espírito surgiu na década de 1980 uma primeira iniciativa de abastecimento popular envolvendo comunidades do Maciço do Morro da Cruz, na região central de Florianópolis, que foram as chamadas Feiras Comunitárias.

*“Tive fome e me deste de comer”. O “comer” é um ato de consumo, de destruição, de assunção, por exemplo, do pão. É o momento em que o “outro” (o produto) se torna minha carne. A carne recuperada, revitalizada, havendo incorporado o que lhe faltava (negatividade), goza, se satisfaz, porque realmente revive. A sensibilidade anunciava sua morte como “fome” e agora indica como “gozo” sua vida reproduzida.<sup>17</sup>*

Entre outras reflexões e inspirações para essas comunidades se destacaram os aprendizados a partir da história de vida de Bartolomeu de Las Casas (1474-1566), particularmente seu processo de transformação

<sup>15</sup> DUSSEL, 1986, p. 78.

<sup>16</sup> DUSSEL, 1986, p. 78.

<sup>17</sup> DUSSEL, 1986, p. 78.



da mentalidade de encomendeiro<sup>18</sup>, membro do sistema opressor, para defensor dos povos indígenas durante a invasão e colonização da América espanhola. Ao se deparar com o texto de Eclo 34, Las Casas deixa-se interpelar e entende que a passagem bíblica questiona seu posicionamento dentro do sistema colonial. Segue o texto:

*Sacrifícios de posses injustas são impuros nem são aceitos os dons dos iníquos; o altíssimo não aceita as ofertas dos ímpios [nem por seus muitos sacrifícios lhes perdoa o pecado]; é sacrificar um filho diante de seu pai tirar aos pobres para oferecer em sacrifício. O pão dos indigentes é a vida do pobre; aquele que lho nega é homicida; mata seu próximo quem lhe nega o sustento, quem não paga o justo salário derrama sangue (Eclo 34,18-22).*

Trata-se do clássico tema profético da exigência mútua entre oração, culto e prática da justiça. “O miolo de pão – símbolo do alimento humano, reduzido a sua expressão mínima – é a vida do pobre. Retirá-lo significa matá-lo. E o que é pior: trata-se de um assassinio levado a termo por quem pretende utilizar o roubado para honrar Deus.”<sup>19</sup>

No pobre faminto está presente Cristo. Esta é a convicção básica de inspiração evangélica que dá energia e coerência a todo posicionamento de combate à fome e a miséria por parte dos cristãos.

### 1.3 A organização das Feiras Comunitárias e sua evolução

As Feiras Comunitárias se tornaram uma expressão concreta das convicções de cidadania e fé presentes nas ações de todos os protagonistas/agentes envolvidos nas feiras. Funcionavam por meio da articulação de lideranças das comunidades carentes de Florianópolis,

<sup>18</sup> “A *encomienda* era um sistema pelo qual colonos e aventureiros espanhóis recebiam o direito legal de extrair trabalho forçado de chefes tribais indígenas nas colônias americanas do Império Espanhol. Em troca, os europeus deveriam dar proteção militar aos trabalhadores e oferecer-lhes a chance de se converterem ao cristianismo financiando um pároco. O sistema de *encomienda* permitiu que a Coroa espanhola transformasse seu exército invasor de conquistadores em colonos, mas as falhas do sistema, como maus-tratos e reduções populacionais significativas devido a doenças, significaram que ele acabou sendo substituído por um sistema de trabalho mal remunerado e de gerenciamento de fazendas”. Disponível em: <https://www.worldhistory.org/trans/es/1-20877/encomienda/>. Acesso em: 11 nov. 2022. Tradução livre do autor.

<sup>19</sup> GUTIÉRREZ, Gustavo. *Em busca dos pobres de Jesus Cristo – o pensamento de Bartolomeu de Las Casas*. São Paulo: Paulinas, 1995. p. 65.





com agricultores e pescadores da região, que forneciam seus produtos a serem vendidos diretamente nas comunidades. Basicamente eram comercializadas hortaliças, frutas e verduras fornecidas por agricultores parceiros e peixes fornecidos por pescadores artesanais.

Nesta fase, chegaram a ser envolvidas, nestas feiras, oito comunidades todas com uma organização local a partir da associação de moradores, conselho comunitário ou comissões que se formavam para este fim. Em 1987 este movimento da feira das comunidades passou a contar com o apoio do Centro de Educação e Evangelização Popular (CEDEP)<sup>20</sup>, especialmente nos processos de negociação e captação de recursos para viabilizar o projeto. De qualquer maneira, funcionavam com muitas limitações, dependendo de apoio de transporte cedido pela Prefeitura Municipal de Florianópolis, o que exigia negociação permanente, e não contava com nenhuma estrutura de gestão, apenas com a boa vontade e organização das pessoas e comunidades envolvidas.

Um apoio importante, neste período, foi o da Ação Social Arquidiocesana (ASA), entidade jurídica de assistência social vinculada à Arquidiocese de Florianópolis, que mantinha, à época, convênio com uma instituição da Alemanha denominada Misereor<sup>21</sup>. Por meio deste convênio a ASA subsidiava a contratação de um funcionário e disponibilizava alguma infraestrutura para o desenvolvimento do trabalho de organização e desenvolvimento social das comunidades empobrecidas da região, em sintonia com o CEDEP.

Em 1990, com a evolução e fortalecimento de algumas áreas de atuação, o CEDEP se organizou em setores<sup>22</sup>, sendo um deles o setor de Produção e Abastecimento, que tinha por finalidade o desenvolvimento

<sup>20</sup> Entidade criada em 1987 por lideranças ligadas à igreja católica e a movimentos comunitários da região de Florianópolis já atuantes em questões sociais das comunidades empobrecidas, como uma ferramenta organizacional, administrativa e estrutural, com personalidade jurídica, para viabilizar articulações e apoio às causas e projetos das comunidades empobrecidas da região. Nas palavras do Pe. Wilson Groh, líder e primeiro presidente, o CEDEP desde sua origem pode ser definido “como uma rede de comunidades”, prestando “um serviço de assessoria e de articulação das lutas desenvolvidas”. TAVARES, Elaine (org.). *Cooperação: A cidadania fala*. CEDEP: Florianópolis, 1994. p. 2.

<sup>21</sup> MISEREOR é a Obra episcopal da Igreja Católica da Alemanha para a cooperação ao desenvolvimento. Disponível em: <https://www.misereor.org/pt>. Acesso em: 2 nov. 2022.

<sup>22</sup> Os setores em que se organizou o CEDEP: Teologia, Educação, Produção e Abastecimento, Arte e Cultura, Assessoria às Organizações Comunitárias e Comunicação (TAVARES, 1994, p. 5).



de alternativas de trabalho e renda, de mecanismos de acesso à alimentação, como era a prática das Feiras Comunitárias.

As feiras eram uma maneira de promover o acesso a alguns itens importantes da alimentação para famílias carentes, eliminando o atravessador<sup>23</sup>, objetivando melhorar a qualidade dos produtos, baixando o custo para os consumidores, bem como garantindo o escoamento da produção a preços justos aos produtores.

As dificuldades inerentes a esse tipo de empreendimento se impuseram e em 1992 restavam apenas duas das oito comunidades que participaram desta primeira fase do projeto. Mas a semente estava plantada e, ao mesmo tempo, outras iniciativas de geração, trabalho e renda eram implementadas, como a produção de pães, doces, bolos, sabão, confecções de roupas e utensílios. Tais iniciativas eram articuladas por meio do Setor de Produção e Abastecimento do CEDEP, que, entre outras coisas, com ajuda de voluntários, assessorava na organização destes empreendimentos produtivos e buscava meios de comercialização dos produtos.

Novo impulso a esse movimento aconteceu com o surgimento da Ação da Cidadania de combate à fome e à miséria, pela vida<sup>24</sup>, e a constituição de comitês em Florianópolis, formados por voluntários principalmente de empresas públicas, como: Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, Eletrosul, entre outros, que foram incentivados a se engajarem nesta grande

<sup>23</sup> Isso já foi indicado a 76 anos por Josué de Castro em sua obra *Geografia da Fome*: “Não é só a infraestrutura agrária que está superada, mas também os processos de distribuição da produção agrícola com sua rede interminável dos intermediários e atravessadores. Dos monopolistas e exploradores da fome”. CASTRO, 1984, p. 288.

<sup>24</sup> Fundada pelo sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, a Ação da Cidadania nasceu em 1993, formando uma imensa rede de mobilização de alcance nacional, para ajudar 32 milhões de brasileiros que, segundo dados do Ipea, estavam abaixo da linha da pobreza. Criada no auge do Movimento pela Ética na Política, a Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida se transformou no movimento social mais reconhecido do Brasil. Seu principal eixo de atuação é uma extensa rede de mobilização formada por comitês locais da sociedade civil organizada, em sua maioria compostos por lideranças comunitárias, mas com participação de todos os setores sociais. Betinho e vários artistas e personalidades foram à TV e aos jornais estimular cada brasileiro a fazer o que estivesse ao alcance de cada um para resolver o problema da fome no país. E, a partir de uma carta, denunciaram a fome e a miséria de milhões de brasileiros como os principais problemas do país. Foi esta carta, chamada de Carta de Ação da Cidadania que deu oficialmente origem ao movimento de Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e Pela Vida. A Ação da Cidadania foi lançada no dia 24 de abril, em uma grande solenidade na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UFRJ), com a participação dos mais expressivos nomes da sociedade brasileira. Disponível em <https://www.acaodacidadania.org.br/nossa-historia>. Acesso em: 2 nov. 2022.



ação nacional de combate à fome. Logo no início, o CEDEP se envolveu no intuito de apoiar o movimento, especialmente, em virtude de que o público ao qual se destinavam as atividades da Ação da Cidadania estava também nas comunidades onde já existiam ações do CEDEP.

Uma primeira posição junto aos Comitês da Ação da Cidadania foi a de que as pessoas das comunidades não fossem tratadas apenas como objeto de caridade ou esmola. Na vontade de ajudar, sem o conhecimento da realidade das comunidades, as ações desses comitês tendiam a reforçar posturas assistencialistas e descoladas de processos que pudessem promover mudanças na condição de vida das pessoas. Assim, lideranças das próprias comunidades foram envolvidas nos Comitês e estas contribuíram para gestar ações em parceria. Uma proposta apresentada foi a das Feiras Comunitárias, tendo como ponto de partida a experiência já existente, seus êxitos e desafios, e a participação dos Comitês da Ação da Cidadania, não apenas na arrecadação e distribuição de alimentos, mas também na viabilização de condições para o funcionamento das Feiras Comunitárias.

Um questionamento ainda persistia relativo à dúvida entre doar ou comercializar os alimentos. A resposta objetiva tinha relação com a configuração socioeconômica das comunidades empobrecidas de Florianópolis e região. A grande maioria das pessoas, não vivia em situação de miséria absoluta, mas se caracterizava como trabalhadores formais ou não, que mesmo com frequência irregular, dispunha de algum rendimento, embora insuficiente para suprir todas as exigências de sua sobrevivência, inclusive em relação à alimentação. Assim, o entendimento mais adequado, para um processo sustentável de acesso aos itens básicos e de qualidade, era buscar alternativas de redução dos custos dos alimentos e ofertá-lo próximo de onde residiam as pessoas. De qualquer maneira não eram ignorados os casos de pessoas/famílias que, por diferentes razões, não tivessem condições de comprar, mesmo que a preços mais baixos. Nestes casos havia estratégias de doação, mas considerando a organização local e seu conhecimento da própria realidade.

Depois de várias reuniões e debates, os comitês aceitaram bancar uma das condições básicas para o funcionamento das Feiras, o apoio logístico, com a aquisição de um veículo utilitário e a criação de um pequeno fundo para sua manutenção e funcionamento. Em paralelo, houve a mobilização e organização interna nas comunidades, animadas com o apoio recebido da Ação da Cidadania.



Com a infraestrutura logística mínima e as comunidades mobilizadas, deu-se novo vigor ao projeto de abastecimento popular, que passou a se chamar Armazéns Comunitários, remodelado com a opção de comercializar preferencialmente produtos não perecíveis da cesta básica, considerando que estes pesavam mais no orçamento das famílias.

A nova fase iniciou em 09 de outubro de 1993. Todo funcionamento era baseado nas equipes das comunidades, que organizam internamente o Armazém: faziam o cadastro e o levantamento da demanda junto aos moradores e com isso realizavam o pedido das compras para a semana; recebiam, estocavam e vendiam os produtos nas comunidades pelo menos uma vez na semana (geralmente sexta ou sábado); controlavam seu estoque, bem como dinheiro arrecadado. Uma equipe central, formada por representantes de todas as comunidades coordenava o trabalho geral, reunindo-se quinzenalmente para avaliar o desenvolvimento das atividades, resolver questões pendentes, implementação de novas propostas entre outros.

Inicialmente o fornecedor passou a ser a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), que fornecia 10 (dez) produtos básicos a preços abaixo do mercado em geral. Também eram comprados alguns itens de atacadistas e, periodicamente, buscavam-se produtos no Assentamento 30 de Outubro, no município de Campos Novos, SC<sup>25</sup>, ou mesmo com pescadores e agricultores da região de Florianópolis. Também eram comercializados itens feitos em grupos de produção que funcionavam nas próprias comunidades, como pão, doces e sabão, viabilizando essas iniciativas locais de geração de renda.

O objetivo principal sempre foi garantir o acesso à alimentação com baixo custo e de boa qualidade, mas se preocupando também com a promoção da educação e de alternativas alimentares, indo mais além do que apenas suprir as calorias necessárias. Não é a quantidade de ingestão de alimento que garante a nutrição, e sim a qualidade e a diversidade de nutrientes contida na alimentação. Conforme descreveu Josué de Castro:

*Qualquer tipo de regime alimentar, para ser considerado racional, quaisquer que sejam as substâncias alimentares que entrem em sua formação, deve ser suficiente, completo e harmônico. Deve conter um total de energia correspondente às despesas do organismo, a fim de*

<sup>25</sup> Primeiro assentamento vinculado ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra em Santa Catarina.



*ser julgado suficiente. Deve encerrar os diferentes elementos de que o organismo necessita para seu crescimento e equilíbrio funcional, para ser completo. Só será harmônico se estes diferentes elementos entrarem em sua composição em determinadas proporções.*<sup>26</sup>

Um fenômeno muito mais frequente e mais grave que se constatava nas pessoas das comunidades empobrecidas da região de Florianópolis, em suas consequências numéricas, era o fenômeno da fome parcial, da chamada “fome oculta, na qual, pela falta permanente de determinados elementos nutritivos, em seus regimes habituais, grupos inteiros de populações se deixam morrer lentamente de fome, apesar de comerem todos os dias”.<sup>27</sup>

O projeto visava também oportunizar às comunidades discussões de ordem econômica, e provocar, na medida do possível, impacto nos preços do mercado no entorno dessas comunidades, o que aconteceu de fato. Por meio da experiência acumulada também foi possível pensar em possibilidades de políticas públicas de abastecimento, tendo por base a descentralização e a aproximação entre produtor e consumidor. Por fim, e como pano de fundo, essa atividade serviu de apoio e reforço à educação e organização das comunidades envolvidas.

Conforme já mencionado anteriormente, um aspecto importante nesse movimento foi o despertar e o fortalecimento de atitudes de solidariedade no interior das comunidades. Exemplo disso foi a organização para identificar as pessoas ou famílias mais necessitadas, que nem mesmo a preços baixos tinham condições de comprar no Armazém Comunitário. Para os desempregados, doentes, idosos, dentre outras situações, a própria comunidade definia o que precisariam receber em doação. Aí sim, utilizava-se o subsídio dos Comitês da Ação da Cidadania para garantir tais doações.

Com a consolidação dos Armazéns Comunitários, que chegou a envolver 13 (treze) comunidades da Grande Florianópolis, num total de 3.500 (três mil e quinhentas) famílias participantes, vieram novas necessidades de infraestrutura e exigências legais, pois se tratava de compra, transporte e comercialização de alimentos. Além do trabalho voluntário nas comunidades e dos Comitês da Ação da Cidadania, por um tempo, o CEDEP funcionou como pessoa jurídica para fazer as compras, manter

<sup>26</sup> CASTRO, 1984, p. 65.

<sup>27</sup> CASTRO, 1984, p. 26.



conta bancária e outros registros legais, mas por não ser uma organização legalmente constituída para este fim, se fez necessário buscar alternativa para dar sustentação legal para o projeto.

Após um processo de análise e discussões entre todos os envolvidos, numa assembleia realizada em 20 de dezembro de 1994, no salão da Catedral Metropolitana de Florianópolis, foi constituída a Cooperativa de Consumo das Comunidades articuladas pelo CEDEP – a Cooperar. Foi com esta personalidade jurídica que o projeto de abastecimento popular na Grande Florianópolis funcionou até 1999.<sup>28</sup>

Com a cooperativa houve um período de funcionamento estável das atividades, com estruturação mínima nos postos de venda em cada comunidade, diversificação de produtos e a avaliação positiva por parte das famílias envolvidas. Chegaram a ser comercializadas em média, entre 10 (dez) e 12 (doze) toneladas de alimentos semanalmente.

#### 1.4 Os desafios do projeto e seus ensinamentos

Depois deste período de bom funcionamento, notadamente a partir de 1997, algumas das bases desta ação de abastecimento popular foram enfraquecendo, de modo especial, a organização e mobilização nas comunidades, elemento essencial desde a origem. Depois da efervescência dos anos 1980 e da primeira metade dos anos 1990, há um recrudescimento dos movimentos sociais e comunitários não só na região de Florianópolis, mas foi um fenômeno sentido por todo país. Para além das comunidades, o próprio movimento nacional da Ação da Cidadania, que ajudou na infraestrutura e sustentação do projeto, enfraqueceu, reduzindo suas atividades a momentos pontuais como a conhecida ação do Natal sem Fome<sup>29</sup>.

Sem o suporte financeiro mínimo e regular inicialmente provido pela Ação da Cidadania, a Cooperar buscou outras fontes, mas invariavelmente num processo desgastante e com resultados limitados, que não permitiam planejamento e ações de investimento mais consistentes nas estruturas, muito menos, pensar em investir a médio e longo prazo, projetando o desenvolvimento da atividade.

<sup>28</sup> Conforme Atas e registros legais da Cooperar arquivados na sede do CEDEP em Florianópolis, SC.

<sup>29</sup> Disponível em: <https://www.acaodacidadania.org.br/blog/acao-da-cidadania-lanca-a-campanha-natal-sem-fome?categoryId=22610>. Acesso em: 5 nov. 2022.



A maior parte do trabalho foi sempre realizado por pessoas voluntárias das próprias comunidades, mas para algumas funções era indispensável dedicação permanente como no caso de motorista, administração da burocracia da cooperativa (contabilidade, estoques...), o que tem custo relativamente alto e constante. A precariedade de recursos levou à rotatividade de pessoas que colaboravam nos trabalhos, pois era bastante desgastante e de muita responsabilidade. Ocorreram problemas de controles internos em postos de venda nas comunidades, como a perda de mercadorias, falta de dinheiro por erros nas contas, ou mesmo, alguns desvios e assaltos em postos de venda. Como não havia possibilidade de manter vigilância permanente, por várias vezes, foram roubados mercadorias e equipamentos dos postos de vendas das comunidades. Além de causar prejuízos, estes fatos desmobilizavam e enfraqueciam a cooperativa.

Ao longo dos trabalhos apareciam divergências entre pessoas e comunidades, quase natural, quando se envolvem recursos, trabalho constante e certo grau de exigência para que tudo funcione a contento. Exemplo extremo de conflitos que surgiram foram dois processos na Justiça Trabalhista, em que pessoas voluntárias de comunidades envolvidas reivindicaram direitos trabalhistas contra a cooperativa, da qual elas mesmas eram associadas. Felizmente estes processos não resultaram em condenação da Cooperar, pois estava claro o caráter comunitário e voluntário, em que não há vínculo e direitos trabalhistas. De qualquer maneira, estes processos provocaram despesas e causaram mais desgastes, gerando desânimo e preocupação em lideranças envolvidas nas comunidades.

Tais fenômenos de impacto na convivência social foram constatados por Josué do Castro em seus estudos sobre a fome e a pobreza, mesmo que em outro contexto, mas que tem conexão com o vivido na Cooperar:

*Não é somente agindo sobre o corpo dos flagelados, roendo-lhes as vísceras e abrindo chagas e buracos na sua pele, que a fome aniquila a vida, mas também atuando sobre o seu espírito, sobre sua estrutura mental, sobre sua conduta social. Nenhuma calamidade é capaz de desagregar tão profundamente e num sentido tão nocivo a personalidade humana como a fome quando alcança os limites da verdadeira inanição. Fustigados pela imperiosa necessidade de alimentar-se, os instintos primários se exaltam e o homem, como qualquer animal esfomeado, apresenta uma conduta mental que pode parecer a mais desconcertante.<sup>30</sup>*

<sup>30</sup> CASTRO, 1984, p. 232.



Em certas ocasiões, foi possível constatar no comportamento de pessoas distorções, mesmo que em grau e condições próprias:

*Nestes limites já bem perigosos para a segurança do espírito, a personalidade se vai desagregando, se esfumando e apagando as suas reações normais a inúmeras outras solicitações do meio exterior, sem correlação com a fome. Nesta desintegração do eu desaparecem as atividades de autoproteção, de controle mental e dá-se, finalmente, a perda dos escrúpulos e das inibições de ordem moral.<sup>31</sup>*

Mudanças na conjuntura econômica do país também levaram ao enfraquecimento e a extinção da Cooperar. Destaque pode ser dado às medidas implantadas pelo governo federal em novembro de 1997, com mudanças importantes na legislação relativa às Cooperativas de Consumo. Após a queda das Bolsas de Valores do sudeste asiático, o governo lançou um Pacote Fiscal<sup>32</sup>. Neste pacote foi incluído um item que acabou com todas os benefícios e isenções fiscais de que dispunham as cooperativas do ramo do Consumo<sup>33</sup>. Com isso, aumentaram ainda mais os custos, praticamente inviabilizando este tipo de iniciativa no campo do abastecimento. Inúmeras cooperativas de consumo, em todo país, foram extintas pois foram retirados os incentivos fiscais, no entanto, foi mantida toda a burocracia complexa exigida anteriormente para justificar tais incentivos.

Por se tratar de uma ação, que surgiu no contexto do movimento popular, a Cooperar sofreu as consequências da evolução complexa de ações essencialmente imediatas e de reivindicação de direitos, para ações mais estruturantes e transformadoras, pois isso exige continuidade, organização muito eficiente, e sobretudo, não pode sofrer interrupções, sob pena de inviabilizar a atividade. Enfim, a paralisação das atividades da cooperativa, se deu por um conjunto de fatores, tanto de ordem interna das comunidades, como de ordem externa.

<sup>31</sup> CASTRO, 1984, p. 238.

<sup>32</sup> Medida provisória n. 1.602, de 14 de novembro de 1997. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/medpro/1997/medidaprovisoria-1602-14-novembro-1997-368955-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 5 nov. 2022.

<sup>33</sup> Medida provisória n. 1.602, de 14 de novembro de 1997, art. 64, “As sociedades cooperativas que tenham por objeto a compra de bens para revenda a seus associados sujeitam-se às mesmas normas de incidência dos impostos e contribuições de competência da União, aplicáveis às demais pessoas jurídicas, em relação a todas as suas operações, inclusive quando praticadas com associados.”





## Conclusão

A experiência de abastecimento popular trazido neste artigo é um exemplo de como é possível combater a fome em suas diferentes manifestações. Evidentemente tal exemplo demonstra apenas um dos caminhos, mas contém várias inspirações e possibilidades, desde iniciativas locais até políticas públicas que podem ser implementadas tais como a aproximação entre quem produz e quem consome, estímulo à produção de alimentos investindo na reforma agrária (exemplo do Assentamento 30 de outubro), mas também na produção urbana nas próprias comunidades empobrecidas.

Como bem lembra o Papa Francisco, na Carta Encíclica *Laudato Si*, temos “a convicção de que tudo está interligado no mundo”<sup>34</sup> e que o “impacto dos desequilíbrios atuais manifesta-se também na morte prematura de muitos pobres”<sup>35</sup>, e o pecado manifesta-se na fome de milhões.<sup>36</sup> O alimento por sua essencialidade deveria ser considerado um bem comum. Papa Francisco destaca a importância do destino comum dos bens lembrando que São João Paulo II reforça a tradição cristã de nunca reconhecer como absoluto ou intocável o direito à propriedade privada, ao salientar a função social de qualquer forma de propriedade privada. “Deus deu a terra a todo gênero humano, para que ela sustente todos os seus membros, sem excluir nem privilegiar ninguém”<sup>37</sup>. São João Paulo II afirma que “a igreja defende, sim, o legítimo direito à propriedade privada, mas ensina, com não menor clareza, que sobre toda a propriedade privada particular pesa sempre uma hipoteca social, para que os bens sirvam ao destino geral que Deus lhes deu.”<sup>38</sup>

O alimento é um bem essencial para a subsistência, mas é uma propriedade privada, uma mercadoria destinada a gerar lucro e de difícil acesso para milhões de pessoas. Por que a mesma sociedade que é capaz de disponibilizar à população ruas, estradas, por exemplo, não é capaz de garantir alimentos para todos?

<sup>34</sup> FRANCISCO, Santo Padre. *Laudato Si*: sobre o cuidado da casa comum. São Paulo: Paulus: Loyola, 2015. n. 16.

<sup>35</sup> FRANCISCO, 2015, n. 48.

<sup>36</sup> FRANCISCO, 2015, n. 66.

<sup>37</sup> FRANCISCO, 2015, n. 93.

<sup>38</sup> FRANCISCO, 2015, n. 93.



Um ensinamento fundamental extraído da experiência relatada neste artigo é que nenhuma medida de combate à fome será efetiva e duradoura se não envolver diretamente os que sofrem desse mal, os pobres, que não podem ser objeto de medidas governamentais ou da solidariedade alheia, mas só superam a pobreza na medida que participam, partilham, colaboram. Do contrário, há inevitável acomodação e a própria vitimização que nada transforma. A despeito das situações emergenciais que precisam ser atendidas imediatamente para evitar danos irreversíveis, como alertava Betinho, “quem tem fome tem pressa”<sup>39</sup>, qualquer movimento neste sentido precisa conter em sua origem o compromisso da corresponsabilidade. Lutar contra a fome é um compromisso de todos, inclusive da parte de quem sofre desse flagelo. Não é apenas como vítima, mas como pessoas dignas, sujeitas de direitos que se combate à fome e à pobreza. É o desafio permanente de tratar a questão da fome a partir do ponto de vista dos famintos, dos pobres.

## Referências

- CASTRO, Josué. *Geografia da fome: o dilema brasileiro – pão ou aço*. 10. ed. revista. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984.
- CELAM. V Conferência geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe. *Aparecida, Documento Final*, 2007. Disponível em: [http://www.dhnet.org.br/direitos/cjp/a\\_pdf/cnbb\\_2007\\_documento\\_de\\_aparecida.pdf](http://www.dhnet.org.br/direitos/cjp/a_pdf/cnbb_2007_documento_de_aparecida.pdf)>. Acesso em: 5 nov. 2022.
- CORRÊA, Carlos Humberto P. *História de Florianópolis – Ilustrada*. 3. ed. Florianópolis: Insular, 2005.
- DUSSEL, Enrique. *Ética da libertação: na idade da globalização e da exclusão*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.
- DUSSEL, Enrique. *Ética comunitária*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- FRANCISCO, Santo Padre. *Laudato Si: sobre o cuidado da casa comum*. São Paulo: Paulus: Loyola, 2015.
- GUEDES, Aline. Retorno do Brasil ao Mapa da Fome da ONU preocupa senadores e estudiosos. *Agência Senado*, 2022. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2022/10/retorno-do-brasil->

<sup>39</sup> Disponível em: <https://www.acaodacidadania.org.br/nossa-historia>. Acesso em: 2 nov. 2022.



-ao-mapa-da-fome-da-onu-preocupa-senadores-e-estudiosos. Acesso em: 1 nov. 2022.

GUTIÉRREZ, Gustavo. *Em busca dos pobres de Jesus Cristo: o pensamento de Bartolomeu de Las Casas*. São Paulo: Paulinas, 1995.

REGAN, David. *Experiência cristã das comunidades de base: mistagogia*. São Paulo: Paulinas, 1995.

TAVARES, Elaine (org.). *Cooperação: A cidadania fala*. CEDEP: Florianópolis, 1994.